

Ao



Referência: Concorrência Binacional EF 0823-24 - FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E COMISSONAMENTO DE UM SISTEMA SOLAR FLUTUANTE DE 1 MWP NO RESERVATÓRIO DA ITAIPU

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido parcialmente deferido.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, diante da sua natureza jurídica peculiar, as licitações realizadas pela ITAIPU são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 1.2.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)¹.

Feitas as considerações iniciais, passamos a analisar o teor da impugnação interposta por V.Sa, que requer a inclusão no CBC de exigência de atestado de registro no CREA como requisito de habilitação técnica.

Inicialmente, cabe esclarecer que a Concorrência Binacional EF 0823-24 prevê a participação exclusiva de um consórcio binacional integrado por empresas brasileiras e paraguaitas. Assim, eventual exigência de registro no CREA incide apenas para a(s) empresa(s) brasileira(s) de engenharia integrantes do consórcio.

Após análise das alegações, a ITAIPU entende por procedente o cumprimento da legislação acerca do CREA, contudo, considera desnecessária a exigência na etapa de

1/4

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

habilitação do certame, visto que sua obrigatoriedade será no momento da execução dos serviços. Inclusive, essa disposição está presente em outras licitações da Binacional.

Deste modo, a ITAIPU, por meio do Aditamento 3 publicado nesta data, insere a obrigação contratual da consorciada brasileira de engenharia de emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), para execução do contrato, pelo engenheiro responsável técnico registrado no CREA.

Em igual teor, para as consorciadas paraguaias, insere a obrigação de apresentação de currículo e registro no Ministério de Obras Públicas (MOPC) pelo engenheiro responsável técnico do contrato.

As obrigações ficaram estipuladas conforme o seguinte quadro:

CAPÍTULO XI OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO	CAPÍTULO XI OBLIGACIONES DEL CONTRATISTA
<p>IV) Para as consorciadas brasileiras, indicar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura deste CONTRATO:</p> <p>a) um representante, seu eventual substituto e um responsável técnico para responder perante a ITAIPU pela prestação dos serviços, até o total cumprimento das obrigações assumidas no presente CONTRATO, com poderes para receber em nome da CONSORCIADA as instruções dadas ou formalizadas por escrito pela ITAIPU, sendo que o representante da CONSORCIADA poderá ser também o responsável técnico;</p> <p>b) a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional engenheiro, expedida pelo Conselho Regional pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), correspondente ao responsável técnico pelos serviços objeto deste CONTRATO;</p>	<p>IV) Para las consorciadas paraguayas, indicar, en el plazo de hasta 5 (cinco) días corridos luego de la firma de este CONTRATO:</p> <p>a) un representante, su eventual sustituto y un responsable técnico para responder ante ITAIPU por la prestación de los servicios, hasta el total cumplimiento de las obligaciones asumidas en el presente CONTRATO, con atribuciones para recibir en nombre de la CONSORCIADA, las instrucciones dadas o formalizadas por escrito por la ITAIPU, pudiendo el representante de la CONSORCIADA ser también el responsable técnico;</p> <p>b) el currículum vitae y registro en el Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones (MOPC) del profesional ingeniero que será el responsable técnico por los servicios objeto de este CONTRATO;</p>

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENACÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

Por fim, solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

Rodrigo Silva Cunha
Superintendente de Compras em exercício

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data:

___/___/___

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/611C-A2A4-BDF9-825D> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 611C-A2A4-BDF9-825D



Hash do Documento

64EEA817C0D925F28A1E854D9979B42D9AEBBE6633EACD05CDE5F45CF75B6F306

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/08/2024 é(são) :

- ☒ Rodrigo Silva Cunha - 008.***.***-32 em 30/08/2024 16:10 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital